

**1ª Questão. ( 20 pontos )**

O que se entende pela expressão "nos termos desta Constituição" constante do inciso I, do artigo 5ª da Constituição Federal. A norma tem caráter absoluto? Discorra sobre o tema.

**2ª Questão. (20 pontos)**

Há normas materialmente constitucionais não incluídas no texto da Constituição Federal ? Fundamente a resposta.

**Questão ( 20 pontos )**

Durante o período de estágio probatório e comprovada a não conveniência da permanência do funcionário no serviço público.  
Pode a administração pública exonerá-lo sem que exista o respectivo processo administrativo disciplinar ?  
Justifique a resposta

**4ª Questão ( 20 pontos )**

Estabeleça a distinção entre:

- a) poder hierárquico e poder disciplinar;
- b) punição administrativa e punição criminal.

**5ª Questão ( 20 pontos )**

Tício procurou o núcleo da Defensoria Pública mais próxima de sua residência com o objetivo de propor ação de despejo por falta de pagamento em face de Mévio, inquilino de um de seus imóveis.

Na inicial o Defensor Público fez constar o esclarecimento de que o autor é aposentado pelo INSS e percebe pensão equivalente a um salário mínimo, contando também para sua manutenção e de sua família com a renda que lhe proporciona o aluguel de 5 (cinco) pequenas casas de sua propriedade, situadas em longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Os imóveis de sua propriedade são do tipo popular e rendem aluguéis irrisórios. Apesar de idoso, Tício tem 4 (quatro) filhos ainda menores e sua atual companheira para sustentar. Ademais, sendo portador de diabetes, Tício costume ter gastos consideráveis com a compra de remédios.

Assim a ação foi proposta constando da peça inaugural a afirmação de que cuida o artigo 4º da Lei 1.060/50, que garante ao Autor o benefício da Justiça Gratuita.

Em despacho proferido na inicial, o Juiz indeferiu a gratuidade de justiça sob o argumento de que o Autor é proprietário de 5 (cinco) imóveis e não comprovou a insuficiência de recursos como exige o inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal que no particular prevalece frente a norma legal.

Como Defensor Público redija o recurso cabível, respondendo no próprio texto as seguintes indagações:

- a) Posicione-se quanto ao recurso cabível.
- b) Por que o Autor faz jus a gratuidade de justiça e a assistência jurídica?
- c) A norma da Constituição é incompatível com os termos da Lei 1.060/50 ?

## Isonomia

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- Art. 7º, XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- Idades distintas para aposentadoria

**1ª Questão. ( 20 pontos )**

O que se entende pela expressão "nos termos desta Constituição" constante do inciso I, do artigo 5ª da Constituição Federal. A norma tem caráter absoluto? Discorra sobre o tema.

**2ª Questão. (20 pontos)**

Há normas materialmente constitucionais não incluídas no texto da Constituição Federal ? Fundamente a resposta.

**Questão ( 20 pontos )**

Durante o período de estágio probatório e comprovada a não conveniência da permanência do funcionário no serviço público.  
Pode a administração pública exonerá-lo sem que exista o respectivo processo administrativo disciplinar ?  
Justifique a resposta

**4ª Questão ( 20 pontos )**

Estabeleça a distinção entre:

- a) poder hierárquico e poder disciplinar;
- b) punição administrativa e punição criminal.

**5ª Questão ( 20 pontos )**

Tício procurou o núcleo da Defensoria Pública mais próxima de sua residência com o objetivo de propor ação de despejo por falta de pagamento em face de Mévio, inquilino de um de seus imóveis.

Na inicial o Defensor Público fez constar o esclarecimento de que o autor é aposentado pelo INSS e percebe pensão equivalente a um salário mínimo, contando também para sua manutenção e de sua família com a renda que lhe proporciona o aluguel de 5 (cinco) pequenas casas de sua propriedade, situadas em longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Os imóveis de sua propriedade são do tipo popular e rendem aluguéis irrisórios. Apesar de idoso, Tício tem 4 (quatro) filhos ainda menores e sua atual companheira para sustentar. Ademais, sendo portador de diabetes, Tício costume ter gastos consideráveis com a compra de remédios.

Assim a ação foi proposta constando da peça inaugural a afirmação de que cuida o artigo 4º da Lei 1.060/50, que garante ao Autor o benefício da Justiça Gratuita.

Em despacho proferido na inicial, o Juiz indeferiu a gratuidade de justiça sob o argumento de que o Autor é proprietário de 5 (cinco) imóveis e não comprovou a insuficiência de recursos como exige o inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal que no particular prevalece frente a norma legal.

Como Defensor Público redija o recurso cabível, respondendo no próprio texto as seguintes indagações:

- a) Posicione-se quanto ao recurso cabível.
- b) Por que o Autor faz jus a gratuidade de justiça e a assistência jurídica?
- c) A norma da Constituição é incompatível com os termos da Lei 1.060/50 ?

## Bloco de constitucionalidade

- Art. 5º, § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo: DLG nº 186, de 2008 , DEC 6.949, de 2009 , DLG 261, de 2015 , DEC 9.522, de 2018 )
- Numa visão ampliativa, englobaria não somente as normas formalmente constitucionais, mas também, os princípios não escritos e, inclusive, valores suprapositivos, independentemente de estarem ou não previstos na Constituição. Já na visão restritiva, o parâmetro seria somente as normas e princípios expressos na Constituição, escrita e positivada.
- CONVENÇÃO DE NOVA YORK (E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO)
- TRATADO DE MARRAQUECHE

**1ª Questão. ( 20 pontos )**

O que se entende pela expressão "nos termos desta Constituição" constante do inciso I, do artigo 5ª da Constituição Federal. A norma tem caráter absoluto? Discorra sobre o tema.

**2ª Questão. (20 pontos)**

Há normas materialmente constitucionais não incluídas no texto da Constituição Federal ? Fundamente a resposta.

**Questão ( 20 pontos )**

Durante o período de estágio probatório e comprovada a não conveniência da permanência do funcionário no serviço público.  
Pode a administração pública exonerá-lo sem que exista o respectivo processo administrativo disciplinar ?  
Justifique a resposta

**4ª Questão ( 20 pontos )**

Estabeleça a distinção entre:

- a) poder hierárquico e poder disciplinar;
- b) punição administrativa e punição criminal.

**5ª Questão ( 20 pontos )**

Tício procurou o núcleo da Defensoria Pública mais próxima de sua residência com o objetivo de propor ação de despejo por falta de pagamento em face de Mévio, inquilino de um de seus imóveis.

Na inicial o Defensor Público fez constar o esclarecimento de que o autor é aposentado pelo INSS e percebe pensão equivalente a um salário mínimo, contando também para sua manutenção e de sua família com a renda que lhe proporciona o aluguel de 5 (cinco) pequenas casas de sua propriedade, situadas em longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Os imóveis de sua propriedade são do tipo popular e rendem aluguéis irrisórios. Apesar de idoso, Tício tem 4 (quatro) filhos ainda menores e sua atual companheira para sustentar. Ademais, sendo portador de diabetes, Tício costume ter gastos consideráveis com a compra de remédios.

Assim a ação foi proposta constando da peça inaugural a afirmação de que cuida o artigo 4º da Lei 1.060/50, que garante ao Autor o benefício da Justiça Gratuita.

Em despacho proferido na inicial, o Juiz indeferiu a gratuidade de justiça sob o argumento de que o Autor é proprietário de 5 (cinco) imóveis e não comprovou a insuficiência de recursos como exige o inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal que no particular prevalece frente a norma legal.

Como Defensor Público redija o recurso cabível, respondendo no próprio texto as seguintes indagações:

- a) Posicione-se quanto ao recurso cabível.
- b) Por que o Autor faz jus a gratuidade de justiça e a assistência jurídica?
- c) A norma da Constituição é incompatível com os termos da Lei 1.060/50 ?

## Exoneração

- Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- § 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

## Exoneração

- SÚMULA 21-STF: Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.
- Por outras palavras, o servidor concursado (estatutário ou celetista), ainda que se encontre em estágio probatório, somente poderá ser exonerado ou demitido após a instauração de devido processo legal, com contraditório e ampla defesa (STJ MS 19179, DJE 14/02/2013; STF AI 634719 ED, DJe 08/03/2012).

**1ª Questão. ( 20 pontos )**

O que se entende pela expressão "nos termos desta Constituição" constante do inciso I, do artigo 5ª da Constituição Federal. A norma tem caráter absoluto? Discorra sobre o tema.

**2ª Questão. (20 pontos)**

Há normas materialmente constitucionais não incluídas no texto da Constituição Federal ? Fundamente a resposta.

**Questão ( 20 pontos )**

Durante o período de estágio probatório e comprovada a não conveniência da permanência do funcionário no serviço público.  
Pode a administração pública exonerá-lo sem que exista o respectivo processo administrativo disciplinar ?  
Justifique a resposta

**4ª Questão ( 20 pontos )**

Estabeleça a distinção entre:

- a) poder hierárquico e poder disciplinar;
- b) punição administrativa e punição criminal.

**5ª Questão ( 20 pontos )**

Tício procurou o núcleo da Defensoria Pública mais próxima de sua residência com o objetivo de propor ação de despejo por falta de pagamento em face de Mévio, inquilino de um de seus imóveis.

Na inicial o Defensor Público fez constar o esclarecimento de que o autor é aposentado pelo INSS e percebe pensão equivalente a um salário mínimo, contando também para sua manutenção e de sua família com a renda que lhe proporciona o aluguel de 5 (cinco) pequenas casas de sua propriedade, situadas em longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Os imóveis de sua propriedade são do tipo popular e rendem aluguéis irrisórios. Apesar de idoso, Tício tem 4 (quatro) filhos ainda menores e sua atual companheira para sustentar. Ademais, sendo portador de diabetes, Tício costume ter gastos consideráveis com a compra de remédios.

Assim a ação foi proposta constando da peça inaugural a afirmação de que cuida o artigo 4º da Lei 1.060/50, que garante ao Autor o benefício da Justiça Gratuita.

Em despacho proferido na inicial, o Juiz indeferiu a gratuidade de justiça sob o argumento de que o Autor é proprietário de 5 (cinco) imóveis e não comprovou a insuficiência de recursos como exige o inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal que no particular prevalece frente a norma legal.

Como Defensor Público redija o recurso cabível, respondendo no próprio texto as seguintes indagações:

- a) Posicione-se quanto ao recurso cabível.
- b) Por que o Autor faz jus a gratuidade de justiça e a assistência jurídica?
- c) A norma da Constituição é incompatível com os termos da Lei 1.060/50 ?

## Poderes

- **Poder hierárquico:** É aquele pelo qual a Administração distribui e escalona as funções de seus órgãos, ordena e revê a atuação de seus agentes, estabelece a relação de subordinação entre os servidores públicos de seu quadro de pessoal. No seu exercício dão-se ordens, fiscaliza-se, delega-se e avoca-se.
- **Poder disciplinar:** É o poder de punir alguém com vínculo funcional com o setor público ou outro vínculo de natureza especial (contrato com o poder público).